

# SAÚDE



## PERFIL NACIONAL DE GOVERNANÇA DOS CONSELHOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE SAÚDE

Em 2016, o TCU, em cooperação com 26 tribunais de contas estaduais e municipais brasileiros, propôs-se a avaliar, de forma inédita, todos os conselhos municipais e estaduais de saúde brasileiros, com o fim de gerar índices nacionais de governança em saúde (iGovSaúde - ciclo 2016). Os conselhos de saúde, conforme as competências atribuídas pelas normas que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), são os principais atores de governança organizacional, sendo responsáveis pela avaliação, pelo direcionamento e pelo monitoramento da direção do Sistema (secretarias de saúde).

O trabalho foi realizado mediante a aplicação de questionários detalhados que descrevem diversas boas práticas, elaboradas a partir de um processo amplamente participativo, em que se objetivou mensurar seus níveis de adesão por essas organizações. O diagnóstico decorrente do levantamento apontou diversas potenciais causas sistêmicas que impactam a boa prestação de serviços públicos de saúde à população brasileira.

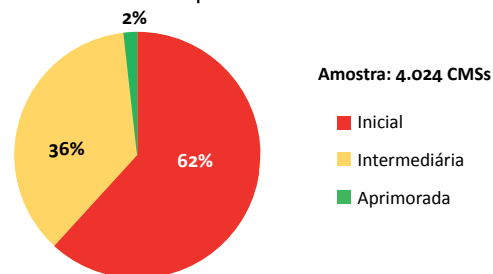
A governança organizacional pública em saúde compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da direção do SUS, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de saúde à sociedade.

Dessa forma, foram avaliados os níveis de adesão às práticas relativas aos mecanismos de Liderança, Estratégia e Controle que os conselhos de saúde exercem sobre a direção do SUS. Para avaliar esses níveis, os conselhos foram classificados nos estágios de capacidade inicial, intermediária e aprimorada.

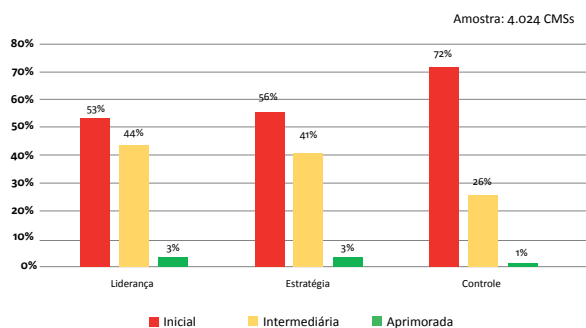
De 4.024 conselhos municipais avaliados, o trabalho revelou que 62% estão em capacidade inicial, 36% encontram-se em capacidade intermediária, e 2% em capacidade aprimorada em governança organizacional

pública. Com relação a todos os 26 conselhos estaduais e ao Conselho de Saúde do Distrito Federal – este último foi considerado um conselho estadual, para fins de consolidação –, verificou-se a existência de 63% em capacidade inicial e 37% em capacidade intermediária.

Capacidade de Governança em Saúde (iGovSaúde) dos conselhos municipais de saúde

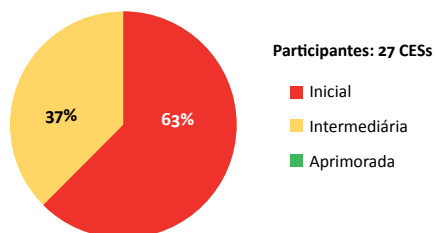


Capacidade de liderança, estratégia e controle dos conselhos municipais de saúde

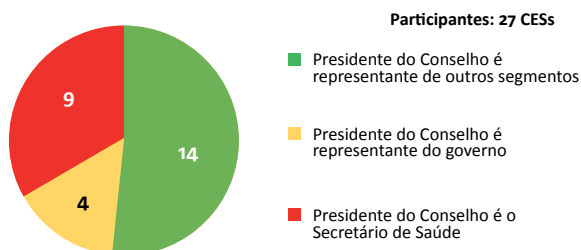


Fonte: Respostas aos questionários de Governança em Saúde (TC 01.1.770/2015-5)

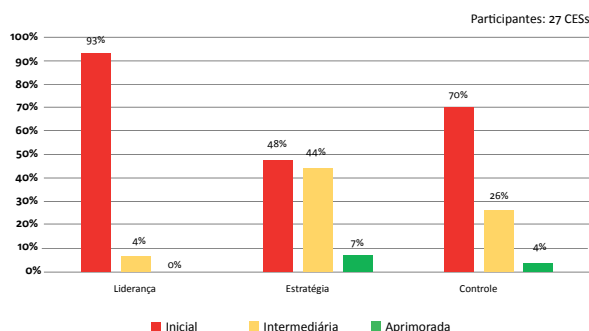
### Capacidade de Governança em Saúde (iGovSaúde) dos conselhos estaduais de saúde



### Presidência do conselho estadual de saúde



### Capacidade de liderança, estratégia e controle dos conselhos estaduais de saúde



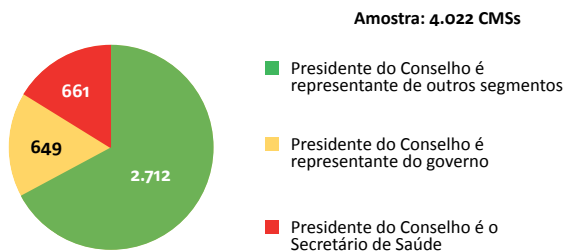
Fonte: Respostas aos questionários de Governança em Saúde (TC 011.770/2015-5)

O trabalho foi realizado no âmbito do TC 011.770/2015-5 e tem por Relator o Ministro Bruno Dantas. Os resultados detalhados do trabalho, o Acórdão, o Relatório e outras informações podem ser acessados na página [www.tcu.gov.br/perfilgovsaude](http://www.tcu.gov.br/perfilgovsaude).

Fonte: Respostas aos questionários de Governança em Saúde (TC 011.770/2015-5)

Foi verificada uma relevante quantidade de ocorrências de acúmulo das funções de secretário de saúde e de presidente do conselho, o que representa um limitador da boa governança em saúde, por afetar o princípio da segregação das funções de execução e de fiscalização.

### Presidência do conselho municipal de saúde



### DADOS DA DELIBERAÇÃO

Acórdão: 1.130/2017-TCU-Plenário  
 Data da sessão: 31/5/2017  
 Relator: Ministro Bruno Dantas  
 TC: 011.770/2015-5  
 Unidade Técnica Responsável: SecexSaúde